IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 07.06.2023

Aperfeiçoar o sistema pedonal nas vias principais da zona Norte

Nos últimos anos, para aperfeiçoar as instalações pedonais e incentivar a mobilidade verde, o Governo procedeu a obras de reparação em passagens superiores e passeios em vários bairros de Macau, nomeadamente, a construção de instalações sem barreiras, e o alargamento dos passeios e a instalação de coberturas, para criar um melhor ambiente pedonal. Mais, nos últimos três anos, foram construídos vários sistemas pedonais tridimensionais, por exemplo: o túnel pedonal da Guia, muito bem acolhido pelos residentes e desportistas, pois todos os dias muitos o atravessam para ir para o trabalho ou fazer caminhadas à noite. Isto significa que o sistema pedonal já faz parte da vida da população, cada vez mais habituada a deslocar-se a pé.

Há dias, o Governo anunciou que ia construir uma série de instalações pedonais na zona da Areia Preta, incluindo uma travessia pedonal ao longo da Avenida do Nordeste, um corredor com cobertura de protecção contra chuva no Parque Urbano da Areia Preta e uma passagem superior para peões entre a Avenida 1.º de Maio e a Avenida Leste do Hipódromo. Concordo com a construção de uma travessia pedonal para implementar o “Planeamento Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2021-2030)”, que exige aumentar os acessos pedonais na zona da Avenida do Nordeste. Actualmente, existem muitos arranha-céus nos dois lados desta Avenida, vários cruzamentos de trânsito nas proximidades da Pérola Oriental e do acesso à Ponte da Amizade e, com o desenvolvimento da Zona A e a inauguração de residências para idosos, é previsível o aumento contínuo da pressão do trânsito naquela zona. Assim, é necessário construir um sistema pedonal tridimensional, coerente e livre de barreiras arquitectónicas, para criar um ambiente de deslocação mais seguro para peões e condutores.

Proponho ao Governo que, ao definir a concepção da passagem superior para peões, ou seja do sistema pedonal, estabeleça ligações com as instalações públicas nas proximidades, incluindo habitações sociais, residências para idosos, centros de saúde, jardins e parques de lazer, etc... Mais, no sistema pedonal, deve reservar espaços que permitam ligação, no futuro, com as passagens superiores para peões das outras zonas, facilitando a deslocação dos cidadãos, e criar novos acessos aos locais para prática de desporto por parte dos cidadãos, maximizando a eficácia do sistema pedonal. Tomando como referência a experiência da passagem superior para peões na Avenida de Guimarães, a passagem superior para peões na Avenida do Nordeste deve ligar-se à respectiva estação da Linha Leste do Metro Ligeiro, pois só assim será possível maximizar os efeitos do sistema de transporte colectivo. Assim, o Governo deve preparar antecipadamente os seus trabalhos. Espero que os serviços competentes, na fase de concepção, auscultem mais opiniões dos cidadãos, para chegar a um consenso, concretizem, quanto antes, as tarefas da definição da concepção da referida passagem, e melhorem, quanto antes, o ambiente rodoviário da zona Norte.

**IAOD dos Deputados Ma Chi Seng, Wu Chou Kit, Pang Chuan e Kou Kam Fai em
07.06.2023**

**Contribuir mais para o desenvolvimento do País e o progresso da RAEM, para
não frustrar as expectativas do Presidente**

No dia 23 de Maio, o Presidente Xi Jinping endereçou uma carta de resposta aos docentes e estudantes da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau (MUST, na sigla inglesa) que participaram no trabalho de desenvolvimento do satélite designado “Macau Science Satellite-1”, encorajando os investigadores de Macau a continuarem a divulgar a boa tradição de amar a Pátria e Macau, a empenhar-se na integração no desenvolvimento nacional, a participar, activamente, na construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, a apoiar o desenvolvimento da diversificação adequada da economia e a dar novos contributos para a implementação bem-sucedida do princípio “Um País, Dois Sistemas” em Macau.

Esta boa notícia é uma grande motivação e incentivo não só para os docentes e estudantes da MUST, como também para todos os sectores da sociedade, incluindo o do ensino superior. A carta de resposta do Presidente Xi é o maior reconhecimento dos resultados do ensino superior e da investigação científica de Macau desde o seu retorno à Pátria, e também o maior estímulo para todo o pessoal que participa na investigação científica em Macau.

O desenvolvimento nacional oferece um amplo espaço para o desenvolvimento científico e tecnológico de Macau. No futuro, os estudos científicos de Macau, quer em termos da criação de projectos, quer da formação de quadros qualificados, devem estar em estreita articulação com as estratégias nacionais e as necessidades do País, pois só assim se pode demonstrar melhor as vantagens do princípio “Um País, Dois Sistemas”. Com a entrada em vigor, em breve, do regime de captação de quadros qualificados em Macau, espera-se que as instituições responsáveis por esta matéria prestem mais apoio à introdução de quadros qualificados dedicados à investigação científica nas diversas áreas do ensino superior de Macau, e que o Governo invista mais recursos, elabore mais políticas e crie um melhor ambiente em prol da investigação científica básica, da investigação de técnicas aplicadas e da investigação nas ciências sociais, etc., para desenvolver o entusiasmo dos investigadores e permitir-lhes contribuir ainda mais para o desenvolvimento do País e o progresso da RAEM, não frustrando as expectativas do Presidente.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 07.06.2023

A inflação e o aumento das taxas de juro afectam a vida da população; espera-se a redução dos preços dos produtos e o lançamento das medidas de apoio à população

Graça à recuperação económica, a situação de emprego dos residentes melhorou em comparação com o período da epidemia. Segundo os dados dos Serviços de Estatística e Censos, entre Fevereiro e Abril deste ano, a taxa de desemprego dos residentes desceu para 3,6%, no entanto, a mediana do rendimento dos residentes de vários sectores, incluindo construção, venda por grosso, restauração, transportes e imobiliário, continua a ser menor do que antes da epidemia, e são muitos os trabalhadores afectados. Entretanto, após três anos de epidemia, ainda se registou inflação em Macau, as despesas dos residentes aumentaram e o aumento das taxas de juro também agravou a pressão de muitas famílias.

Sob a ampla atenção da sociedade, o Governo disse que ia valorizar o problema da inflação, mas também referiu várias vezes que a inflação em Macau não é alta, afirmação que está longe do que sente a população. Por exemplo, em Abril deste ano, o Índice de Preços no Consumidor aumentou 0,85% em termos anuais, mas os aumentos mais elevados foram registados nas despesas indispensáveis para a vida da população, como as despesas com alimentos e bebidas não alcoólicas, gás, equipamentos e serviços domésticos e combustíveis para veículos, e a taxa de variação anual destas rubricas aumentou mais de 3%, o que afecta bastante a vida da população. Além disso, apesar da redução dos preços da habitação e das rendas, é provável que os residentes que já adquiriram casa não vejam as despesas mensais imediatamente reduzidas por causa disso.

A subida contínua das taxas de juro aumentou a pressão dos residentes no pagamento dos empréstimos à habitação. Em comparação com Maio de 2022, a actual taxa de juro preferencial de Macau aumentou significativamente em 0,75%. Veja-se o exemplo do pagamento de um empréstimo de 3 milhões de patacas durante 30 anos, em que o devedor precisa de pagar mensalmente um montante adicional superior a mil patacas, o que, por si só, representa 5% do seu rendimento médio de trabalho. Mais, registou-se no sistema bancário um aumento significativo da taxa de incumprimento dos empréstimos locais relacionados com a habitação. Até ao final de Abril, a percentagem de crédito malparado subiu para 1,9% e havia ainda 4 mil a 5 mil pedidos de prorrogação do pagamento de juros, mais a suspensão do reembolso do capital, o que é preocupante. É possível constatar que uma leitura geral dos dados globais da inflação pode não reflectir totalmente a situação dos preços elevados com que se depara a população, e não são só as famílias com baixos rendimentos e as das camadas sociais mais baixas que são afectadas, pois, muitos residentes da classe média que precisam de pagar os seus empréstimos à habitação também estão a sentir grande pressão.

Face à redução do poder de compra dos residentes, o Governo deve continuar a prestar atenção à inflação, proceder à inspecção e divulgação das informações sobre os preços dos produtos, para facilitar a fiscalização e a escolha dos produtos por parte do público, e deve ainda concretizar, quanto antes, o mecanismo legal de fiscalização. O que é difícil de compreender é que a “Lei de protecção dos direitos e interesses dos consumidores” já

entrou em vigor há cerca de ano e meio, mas o Governo ainda não criou os respectivos órgãos consultivos, por isso, mesmo que a população tenha dúvidas acerca da existência de situações de preços irrazoáveis e de flutuação anormal dos preços, as autoridades não conseguem desempenhar, nos termos da lei, a função de recolha de informações sobre a composição dos preços. Apelo ao Governo para que tome as medidas necessárias para reforçar o seu papel de fiscalizador e para reduzir os preços dos produtos, nomeadamente, para assegurar a estabilidade dos preços do petróleo, dos produtos alimentares quer frescos quer vivos e dos produtos de primeira necessidade.

O Governo tem de se empenhar na promoção do emprego, com vista a melhorar os salários da população, e deve ainda implementar, atempadamente, medidas que beneficiem a população e medidas de isenção e redução de impostos e taxas. O Governo já contactou com o sector bancário para a prorrogação da medida de “pagamento somente dos juros dos empréstimos” até finais de 2023, portanto, sugere-se ao Governo que analise os resultados já alcançados e a situação dos encargos dos residentes, e tome como referência as medidas de redução de impostos das regiões vizinhas, tais como o plano de redução de juros do crédito à habitação, no sentido de divulgar mais medidas para ajudar os residentes quer a enfrentar o impacto da inflação quer a aliviar a pressão com o pagamento das prestações da habitação.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 07.06.2023

Prestar atenção e apoio às famílias, em prol da harmonia e da estabilidade social

A estrutura da família tem sofrido mudanças dramáticas em todo o mundo, desde a década de 80 do século passado. Para além da crescente redução da dimensão das famílias, são cada vez mais graves o aumento da taxa de divórcios, o declínio da taxa de natalidade e o envelhecimento populacional, e o conceito de família está a mudar. Todas estas questões têm enorme impacto na sociedade e suscitaram a atenção internacional, por isso, em 1994, as Nações Unidas instituíram o dia 15 de Maio como Dia Internacional da Família, com vista a reforçar os conhecimentos sobre as questões relacionadas com a família, a fortalecer a cooperação internacional na protecção e assistência à família, e a promover a harmonia, a felicidade e o progresso da família.

A família e as políticas familiares tornaram-se num factor importante para o desenvolvimento sustentável das sociedades a nível mundial, assim, nos últimos anos, os países têm investido em "políticas familiares" e na estabilidade, educação e saúde das famílias. Em Macau, as políticas favoráveis à família já foram propostas há muitos anos e o respectivo conceito foi sendo gradualmente aceite pela comunidade, porém, parece que há ainda um enorme contraste entre a eficácia da implementação e desenvolvimento dessas políticas e as expectativas da comunidade.

De facto, durante a epidemia dos últimos três anos, o rendimento de muitos residentes reduziu, devido ao desemprego ou à obrigação de tirar férias não remuneradas, e como, na luta contra a epidemia, os residentes tiveram de ficar em casa durante muito tempo, o stress e a tensão aumentaram no seio das famílias, facilitando os conflitos, e registaram-se alguns casos de violência doméstica, suicídios, etc. Isto demonstra que Macau enfrenta um desafio sem precedentes ao nível da resistência, coesão e proximidade das famílias!

A família é importante para a competitividade de qualquer país. Nas LAG para 2020, refere-se a promoção da “concretização de políticas de apoio à família com vista ao reforço da harmonia das relações familiares e intergeracionais, base fundamental de uma sociedade harmoniosa”. A família é a “célula da sociedade”, a “primeira sala de aula da vida” e um “importante alicerce do desenvolvimento do país, do progresso nacional e da harmonia social”. Espero que o Governo seja mais activo nos assuntos familiares, se empenhe na implementação da “Lei de bases da política familiar”, do “Regime jurídico de garantias dos direitos e interesses dos idosos”, da “Lei de prevenção e combate à violência doméstica” e doutros diplomas legais relacionados, e promova activamente a concretização das políticas favoráveis à família. Há que integrar as “necessidades das famílias” no planeamento da RAEM, elevar constantemente o bem-estar das famílias, reforçar a saúde psicológica, o apoio emocional e os serviços de acompanhamento às famílias, e continuar a elevar a capacidade de resistência, a coesão e a proximidade nas famílias, para assegurar que a família seja uma verdadeira pedra basilar da harmonia e estabilidade sociais.

Entre Maio e Junho, celebram-se várias festividades relacionadas com a família, como

(Tradução)

o Dia da Mãe, o Dia Internacional da Família, o Dia da Criança, o Dia Mundial dos Pais e o Dia do Pai, mas, devido ao trabalho, muitas famílias têm dificuldade em reunir-se nestas festividades. Tenho sugerido ao Governo que o Dia Mundial dos Pais e o Dia Mundial da Criança, dia 1 de Junho, passem a ser feriados obrigatórios, para se chamar a atenção da sociedade para a família e para as questões familiares. Espero que o Governo pondere seriamente sobre isto, porque investir na família é investir no futuro.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 07.06.2023

Desenvolvimento da educação sobre o planeamento de vida dos adolescentes

O planeamento da vida é parte importante do desenvolvimento integral do ser humano e um processo contínuo que se prolonga ao longo da vida, que permite aos estudantes definir e alcançar os objectivos de desenvolvimento para as diferentes fases da vida. A nossa era está a desenvolver-se rapidamente, e após três anos de epidemia, Macau está em fase de recuperação económica, e definiu a estratégia de desenvolvimento diversificado e adequado “1+4”. No exterior, há ainda oportunidades resultantes da Grande Baía e da Zona de Cooperação Aprofundada, e existem, em simultâneo, oportunidades e desafios para os jovens de Macau, portanto, o rumo de desenvolvimento das suas vidas e as várias escolhas profissionais facilmente os deixam perplexos. Assim sendo, na perspectiva do planeamento de vida, apresento as seguintes sugestões:

1. Sugiro ao Governo a integração contínua dos recursos educativos, e a criação de um sistema de educação sistemático sobre o planeamento de vida, desde o ensino não superior, passando pelo superior, e até à formação contínua de adultos. O planeamento da vida não se limita ao planeamento da carreira profissional, deve incluir matérias sobre namoro, casamento, gestão da saúde, interesse e aptidões especiais, aposentação, etc. Pode tomar-se como referência a educação sobre o planeamento de vida desenvolvida noutras regiões, definir cursos adequados para os alunos de diferentes idades, e reforçar a cooperação entre as empresas e as escolas, e entre a família e a escola, para desenvolver mais actividades ricas e diversificadas sobre o planeamento de vida, como exposições sobre carreiras, seminários sobre as indústrias de Macau, etc. Além disso, espera-se que seja acrescentada uma fase de avaliação da eficácia dos cursos sobre o planeamento de vida, com vista ao aperfeiçoamento gradual dos respectivos cursos e actividades.

2. Sugere-se ao Governo que continue a integrar as informações sobre o rumo de desenvolvimento do País e de Macau no ensino do planeamento das carreiras, por exemplo, utilize o posicionamento de "Uma Base, Um Centro e Uma Plataforma", a estratégia de desenvolvimento diversificado e adequado "1 + 4", e as estratégias da Grande Baía e da Zona de Cooperação Aprofundada, para permitir que os jovens compreendam, o mais cedo possível, qual é a actual situação do desenvolvimento do país e de Macau, e conheçam a situação geral da sociedade, desde a escolha de matérias, passando pelas escolhas profissionais até ao planeamento das carreiras, para poderem definir os seus ideais de vida e construir uma vida maravilhosa.

3. Com a entrada na era pós-epidemia, as políticas de passagem fronteiriça e prevenção da epidemia já foram “desamarradas”, por isso, espera-se que o Governo acelere a retoma das visitas de estudo, das visitas em geral, e das actividades de voluntariado, investigação e aprendizagem, entre outras actividades de intercâmbio a nível nacional e internacional, e que proporcione mais oportunidades de participação em competições no Interior da China e no exterior, proporcionando aos alunos e jovens mais recursos de aprendizagem ricos e diversificados, criando mais oportunidades e

orientando-os na exploração do mundo e no conhecimento do rumo do desenvolvimento do País e de Macau, a fim de alargarem os seus horizontes.

4. Os novos graduados vão entrar brevemente no mercado de trabalho, por isso, espera-se que o Governo lhes preste mais apoio ao nível dos estágios e formação profissional, e que colabore com empresas de renome de Macau e do Interior da China para lançar mais planos de estágio, aumentar o número de instituições de estágio, alargar o âmbito das indústrias que oferecem estágios e acelerar o desenvolvimento das quatro indústrias, criando então mais postos de trabalho, para alargar as opções profissionais e ajudar os jovens a atingirem o primeiro patamar da sociedade.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 07.06.2023

Renovação urbana

O Regime jurídico da renovação urbana entrou em vigor no dia 1 de Junho. A lei estabelece a percentagem do direito de propriedade para efeitos de reconstrução, isto é, 80 por cento, em caso de condomínio com idade igual ou superior a 40 anos, e 60 por cento, tratando-se de condomínio em ruínas ou que represente um risco para a saúde pública e a segurança das pessoas, pelo que a entidade competente ordena a sua demolição total, bem como a arbitragem necessária para a adesão coerciva à reconstrução. Assim, a lei vai trazer esperança para a renovação urbana e a reconstrução dos edifícios velhos, problema que se alastra há anos.

Recentemente, no âmbito do projecto-piloto da renovação urbana, isto é, os sete edifícios no Bairro Iao Hon, foi criada a comissão de condóminos do Edifício Hong Tai, terceira de todo o complexo. Nesse processo, a Macau Renovação Urbana S.A. foi muito responsável, pois contactou os proprietários, porta a porta, e prestou apoio na manutenção e reparação das partes comuns, o que merece o nosso reconhecimento.

No entanto, os moradores dos sete blocos do Bairro Iao Hon são, na sua maioria, inquilinos, e muitos proprietários talvez já tenham emigrado para o exterior, por isso é difícil recolher, durante este mandato do Governo, uma percentagem suficiente dos direitos de propriedade para avançar com a reconstrução do Bairro. Além disso, o desprendimento de reboco é um problema comum em muitas fracções dos edifícios, o que constitui um perigo para a segurança dos bairros comunitários, por isso, há que acompanhar a situação urgentemente. Assim, proponho que se inicie, quanto antes, o projecto-piloto de renovação urbana no lote da zona de lazer da Rua Oito do Bairro Iao Hon e se pondere a utilização desse lote de terreno para a construção de habitações temporárias, para que os moradores afectados pelo plano de reconstrução possam arrendar temporariamente essas habitações, ficando alojados nas suas zonas originais. Ou, então, pode-se transformá-las em habitações para troca, para que os proprietários possam trocar directamente as fracções, no sentido de atrair os mesmos a participarem nessa reconstrução; claro que o estudo sobre o preço de venda das habitações para troca deve ser promovido com a maior brevidade possível, para se chegar a um consenso social.

Mais, o recente aumento do prémio de concessão de terrenos pode reduzir a eficácia da reconstrução dos edifícios antigos e ter impacto na renovação urbana. Proponho às autoridades que adotem mais medidas de incentivo, como a concessão de benefícios ao nível do cálculo de prémios, para os edifícios que fazem parte da reconstrução por zona. Devem relaxar, de acordo com a legislação em matéria de construção, o padrão da reconstrução dos edifícios antigos, como o índice de utilização do solo, para reflectir, tanto quanto possível, o valor e a rentabilidade da reconstrução, e aumentar a vontade de participação dos residentes.

Ainda, para além dos sete edifícios do Bairro Iao Hon, há em Macau muitos edifícios antigos, especialmente nos bairros antigos. Segundo consta, existem mais de 4 mil

(Tradução)

edifícios antigos com 30 anos ou mais, muitos dos quais carecendo de gestão e reparação. Assim, proponho à Macau Renovação Urbana, S.A. que preste mais assistência técnica ou serviços de consultoria para orientar e promover a participação dos proprietários dos prédios no desenvolvimento dos trabalhos de renovação urbana, de modo a melhorar, em conjunto, o ambiente habitacional e a criar uma comunidade segura.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 07.06.2023

Planear, proactivamente, a preparação para a chegada do Verão, época de viagens

A economia de Macau ainda não recuperou totalmente e, face à concorrência de outros locais, é inevitável que comece a “luta por viajantes”. Com a aproximação do Festival do Barco do Dragão e das férias de Verão, é natural que os grupos-alvo da clientela sejam pais e filhos, famílias e estudantes. O Governo deve preparar-se, quanto antes, para satisfazer as necessidades de viagem personalizadas dos diferentes tipos de clientes, lançando vários produtos e actividades turísticas e aumentando a publicidade para atrair mais visitantes a Macau.

Gostaria então de apresentar as seguintes sugestões:

1. O Governo deve acelerar o passo e negociar, activamente, com outras regiões, sobre a implementação de projectos de cooperação turística. Para fazer face à promoção dos seus pontos turísticos e instalações turísticas nas diversas regiões, o Governo deve introduzir, quanto antes, novos itinerários temáticos “multidestinos” e produtos turísticos, aprofundando a cooperação entre Macau e outras regiões, especialmente a cooperação cultural, desportiva e turística entre Macau e a Grande Baía, enriquecendo os produtos turísticos e explorando, conjuntamente, os mercados de visitantes.

2. Importa analisar o número de participantes, os dados de consumo e o *feedback* dos comerciantes e residentes sobre diversas actividades comunitárias, como o “Arraial na Taipa”, o “Arraial em Coloane” e o “Arraial na Ervanários”, para fornecer dados de apoio que permitam a optimização das actividades e serviços turísticos durante as férias de Verão, e oferecer mais actividades com características próprias, descontos, espectáculos e actividades interactivas, atraindo mais visitantes para essas zonas. Deve também estudar-se a interligação dos pontos turísticos dispersos, dos pontos de *check-in* e das novas experiências turísticas, para reorganizar e combinar os recursos turísticos dentro das zonas e criar roteiros turísticos de qualidade, e deve reforçar-se a divulgação de informações e estratégias turísticas em diferentes plataformas, para elevar a visibilidade dos novos pontos turísticos.

3. No ano passado, a Direcção dos Serviços de Turismo (DST) encomendou um estudo à Academia de Turismo da China sobre o desenvolvimento do mercado das visitas de estudo turísticas em Macau, cuja versão preliminar já foi concluída. Espero que o Governo acelere a implementação do plano das visitas de estudo e que conjugue os recursos turísticos, com o sector do turismo, para lançar, no Verão, que é época alta do turismo, mais produtos turísticos característicos, com conteúdos específicos para pais e filhos, destinados a finalistas e sob a temática do Verão, bem como visitas de estudo, no sentido de atrair excursões de pais e filhos e estudantes a Macau e prolongar a estadia dos turistas.

4. Estão em curso as obras de revitalização das parcelas X11 a X15 da Zona dos Estaleiros de Lai Chi Vun, e o Governo afirmou que ia esforçar-se para a sua abertura ao

público em Junho, e que ia criar, a partir da segunda quinzena de Junho, uma feira com características próprias naquela zona. Acredita-se que, com a exposição e venda de lembranças com características culturais de Coloane, de produtos originais e de petiscos típicos, poderá transformar-se esta zona num novo ponto turístico de lazer, e prevê-se atrair muitas pessoas a visitá-la e a fazer *check-in*, portanto, há que melhorar as instalações complementares, por exemplo coordenar as instalações de trânsito para evitar conflitos entre peões e veículos, aumentar as carreiras de autocarros para aquela zona, melhorar as indicações nas proximidades dos pontos turísticos, aumentar as instalações de saúde pública, e reforçar a divulgação e promoção dos pontos turísticos, a fim de criar um ambiente de entretenimento seguro, confortável e conveniente.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 07.06.2023

Soluções certas para fazer face à inflação e ao aumento dos preços dos produtos e medidas para acelerar a recuperação económica

A inflação e a subida dos preços dos produtos são dos problemas que mais preocupam a população, sobretudo os desempregados, as famílias vulneráveis e os idosos. O Governo fez um cálculo e concluiu que a taxa de inflação é baixa, mas, na realidade, os residentes têm de enfrentar, todos os dias, o aumento dos preços dos combustíveis e dos produtos alimentares.

Todos os sectores da sociedade, incluindo os colegas aqui presentes, já pediram várias vezes ao Governo para reforçar a fiscalização e reduzir os preços dos produtos, e os respectivos serviços públicos, tais como o IAM e o Conselho de Consumidores, também trabalharam muito para evitar aumentos ilegais dos preços, e aumentaram a transparência das informações sobre os preços. Infelizmente, só fiscalização não basta para enfrentar a inflação, porque, como todos sabem, esta tem a ver com a economia e deve-se a factores externos, que resultam no aumento dos custos e dos preços dos produtos, portanto, os que devem aumentar vão continuar a aumentar. Antes da epidemia, a conjuntura económica era boa, e a inflação moderada era benéfica para a sociedade, que ainda conseguia suportá-la, mas, com a reconversão da estrutura económica, os rendimentos da população reduziram significativamente, e a taxa de desemprego mantém-se elevada, o que constitui, naturalmente, um maior encargo para a população e atrasa o ritmo da recuperação económica.

É obvio que o Governo não consegue controlar as mudanças do ambiente económico mundial, porém, não pode deixar de fazer o seguinte:

Continuar a empenhar-se na captação de negócios e investimentos, no aproveitamento adequado dos terrenos, na exploração de mais sectores económicos, na promoção do desenvolvimento do sector financeiro moderno, e na implementação das 30 medidas benéficas para Macau em Hengqin, criando mais postos de trabalho e saídas para Macau.

Ajustar, oportunamente, as políticas do mercado imobiliário, libertar o mercado, estabilizar o sistema financeiro e estar preparado para prevenir riscos financeiros sistemáticos.

Adoptar medidas mais eficazes para fazer face à subida dos preços dos combustíveis, por exemplo, tomar como referência as medidas adoptadas no Interior da China e noutros países e subsidiar os combustíveis, para evitar a propagação dos efeitos da subida e da flutuação dos preços dos combustíveis no mercado.

Usar adequadamente o erário público e reforçar o apoio à segurança e aos serviços sociais.

Lançar medidas adequadas, para fazer face ao desemprego estrutural, reduzir a taxa de desemprego e reforçar o apoio e a protecção aos desempregados.

Dar continuidade às políticas favoráveis à vida da população, estudando a possibilidade de lançar, mais uma vez, o plano de benefícios de consumo por meio electrónico, para estimular o consumo nos bairros comunitários e ajudar as zonas habitacionais que não estão a beneficiar da vinda dos turistas, de modo a assegurar a recuperação económica e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento equilibrado da sociedade.

Tal como referiu o Vice-Presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês e Director do Gabinete dos Assuntos de Hong Kong e Macau junto do Conselho de Estado, Xia Baolong, na sua mensagem endereçada a Macau: “Há que ter as aspirações da população por uma vida melhor como o maior objectivo da acção governativa, dar resposta às suas necessidades e preocupações, adoptar medidas mais corajosas e eficazes para a concretização, uma a uma, das metas definidas, e envidar esforços para que a população veja as mudanças e seja efectivamente beneficiada. Há ainda que reforçar a preocupação com os jovens, ajudá-los a resolver as dificuldades reais, e criar um melhor ambiente de educação, emprego, empreendedorismo e vida e mais oportunidades para o seu crescimento e desenvolvimento.”

IAOD do Deputado Zheng Anting em 07.06.2023

Desenvolver o papel das concessionárias de jogo e acelerar a revitalização dos bairros antigos

Nos últimos anos, o Governo deu muita atenção à promoção, através das concessionárias de jogo, do desenvolvimento de outros sectores. Segundo o Governo, as concessionárias que conseguiram a licença têm de investir nas 11 áreas não jogo, incluindo o turismo comunitário, a cultura, a arte e a cidade gastronómica, apoiando o seu desenvolvimento; entretanto, as mesmas também prometeram que, nos próximos dez anos, iam investir mais de 100 mil milhões em projectos não jogo, assim, acredita-se que isto contribuirá para o desenvolvimento de outros sectores. A revitalização dos bairros antigos é um conteúdo relevante nos elementos não jogo e uma forma importante de concretizar o desenvolvimento diversificado “1+4”.

Segundo anunciou o Governo, as seis concessionárias já apresentaram o plano detalhado de revitalização de seis zonas, o qual já obteve o seu consentimento e vai ser implementado. Mas o Governo ainda não apresentou o plano à sociedade, por exemplo, o âmbito das seis zonas, o principal papel das concessionárias nos trabalhos de revitalização e os objectivos faseados.

Com os esforços conjuntos dos serviços públicos, dos moradores, das associações comerciais e das associações culturais e artísticas, foram alcançados alguns resultados na revitalização dos bairros antigos. Mas a optimização das instalações e do ambiente desses bairros exige muitos recursos humanos e materiais; quanto à introdução de elementos comerciais, é necessário proceder ao respectivo estudo e concepção sob a perspectiva da economia de mercado; o desenvolvimento sustentável dos projectos comerciais exige a elevação programada e contínua das técnicas dos operadores; e a criação de pontos turísticos, actividades e produtos, assim como a organização das visitas dos turistas, requerem avultados investimentos comerciais, em prol de um melhor desenvolvimento dos lojistas e moradores dos bairros comunitários.

Assim, sugiro o seguinte:

1. Criação de um mecanismo de cooperação. O Governo deve estabelecer um mecanismo de cooperação de alta eficiência com as concessionárias de jogo e criar grupos de trabalho de coordenação especializados, para estudar, em conjunto com as concessionárias, os projectos de remodelação dos bairros antigos e os planos de execução, aperfeiçoando as infra-estruturas desses bairros, como o abastecimento de electricidade, água e gás, redes de esgotos, instalações contra incêndio, etc., por forma a coordenar as diversas forças para acelerar a revitalização.

2. Lançamento de políticas de apoio. O Governo pode lançar políticas para incentivar as PME a participarem na revitalização dos bairros antigos a desenvolver pelas concessionárias de jogo. Por exemplo, o Governo pode recorrer a diversos meios, como a redução e a isenção fiscais, a aceleração da apreciação e autorização das licenças, o apoio financeiro ao pessoal do sector para as acções de formação, etc., a fim de promover a

participação dinâmica das PME nos projectos de revitalização, aumentando a eficácia socioeconómica dos respectivos trabalhos.

3. Definição de medidas para resolver os problemas jurídicos decorrentes da revitalização dos bairros antigos. Uma vez que vários bairros antigos se localizam na zona de protecção do Património Mundial, há que encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento económico, a protecção do Património Mundial e o impacto para os respectivos moradores. Neste caso, as autoridades têm de, tendo em conta a realidade dos bairros antigos, definir, por via interdepartamental, normas detalhadas e operacionais sobre diversos aspectos relativos às construções antigas, como os padrões contra incêndios, portas corta-fogo, cobertura para protecção contra chuva, tabuletas, reclusos luminosos, etc.

4. Há que organizar, em conjunto com as concessionárias de jogo e as associações comerciais locais, actividades e festividades comunitárias para o consumo, aperfeiçoando o ambiente de negócio nos bairros antigos e apoiando e incentivando as concessionárias de jogo a aproveitarem bem os recursos culturais e históricos e a marca dos bairros antigos, para, através da organização dos eventos turísticos com teor enriquecido, aumentar a dinâmica económica dos bairros e atrair os turistas a entrarem nas lojas com características próprias, para além de promover o passeio e o consumo nos bairros.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 07.06.2023

Concretizar as medidas de apoio, em prol do bem-estar da população, da economia e da estabilização do emprego

Já se passaram seis meses desde o levantamento das restrições fronteiriças devido à Covid-19, e sentem-se os primeiros sinais da recuperação dos sectores económicos relacionados com o turismo. Segundo os Serviços de Estatística e Censos, o PIB no primeiro trimestre deste ano foi de 74,77 mil milhões de patacas, um aumento de 42 por cento em termos anuais, mas uma queda de 36 por cento face aos 116,84 mil milhões no quarto trimestre de 2019, antes da pandemia, o que significa que a economia de Macau, nomeadamente a economia relacionada com a vida da população, ou seja, sectores não jogo e não turismo, está ainda longe de ter uma retoma satisfatória. Segundo muitas PME e lojistas das zonas residenciais, os turistas só consomem nas zonas turísticas, tais como a Avenida de Almeida Ribeiro, as Ruínas de São Paulo e a Vila da Taipa, e os benefícios para as outras zonas são muito poucos.

Mais, com o relaxamento das restrições ao turismo em muitos países e a circulação de veículos de Macau no Interior da China, muitos residentes optam por sair de Macau nos feriados e fins-de-semana, e assim, os negócios de muitas lojas e profissões, que têm como clientes os residentes, pioraram significativamente, ficando mesmo aquém dos níveis antes da epidemia, portanto, estão num ambiente de negócio muito precário.

Muitas PME estão conscientes da necessidade de ajustar, atempadamente, as estratégias comerciais, e de reestruturação, para enfrentar os novos desafios, mas com as rendas elevadas, e o aumento dos preços de importação e dos custos, mais as formalidades administrativas complexas, muitos empresários sentem-se inibidos, e a prova mais evidente disto é o grande número de lojas desocupadas nas zonas turísticas!

O Governo ainda não apresentou quaisquer medidas específicas para revitalizar a economia das PME pós epidemia, e nos próximos dez anos, os investimentos das seis concessionárias do jogo, no valor de 100 mil milhões de patacas, são apenas compromissos que ainda não estão concretizados. As questões quanto ao desvio dos turistas para diferentes zonas, ao lançamento de medidas para apoiar a exploração contínua das PME e ao estímulo da procura interna para impulsionar o consumo local, etc., ainda estão a ser estudadas! As PME locais, na sua maioria, não conseguem ver perspectivas de desenvolvimento, suspenderam os novos planos de investimento e, se não houver melhorias, nos próximos meses poderá haver uma nova onda de encerramento de PME, que vai afectar ainda mais a estabilidade e a diversificação da economia e agravar ainda mais o mercado de emprego!

Entre Fevereiro e Abril deste ano, a taxa de desemprego dos residentes fixou-se em 3,6%, mais 1,3 pontos percentuais do que no mesmo período de 2019, período antes da epidemia, e a taxa de subemprego situou-se em 2,1%, ou seja, até quatro vezes superior ao

registado antes da epidemia. Quanto ao rendimento dos trabalhadores a tempo inteiro, no primeiro trimestre deste ano, cerca de 60 mil pessoas auferiam mensalmente entre 20 mil e 30 mil patacas, menos cerca de nove mil pessoas do que no quarto trimestre de 2019, o que demonstra que a descida de rendimentos continua a ser grave. De entre os desempregados à procura de novo emprego, a maioria trabalhou nas áreas da construção civil, jogo e promoção de jogos, pelo que o Governo tem de enfrentar o problema do ajustamento estrutural do jogo, para apoiar os respectivos trabalhadores a mudarem, de forma racional, para áreas e postos de trabalho que permitam manter as suas despesas.

Nos últimos anos, a DSAL organizou muitos cursos de formação, no entanto, raramente disponibilizou postos de trabalho que correspondessem aos cursos de formação e aos salários razoáveis dos trabalhadores locais, portanto, as acções de formação e as colocações transformaram-se em tarefas rotineiras para obtenção de subsídios! Em articulação com as peças pré-fabricadas do sector da construção, promovidas pelo Chefe do Executivo, a DSAL organizou o "curso de formação subsidiada para elevação e montagem de materiais de construção" destinado a desempregados, mas até ao momento, o Governo ainda não procedeu à conjugação de postos de trabalho. É de salientar que, neste momento, existem no sector da construção 27 mil trabalhadores não residentes indiferenciados, e em duas fases, 35 residentes que concluíram cursos de formação e obtiveram o respectivo certificado foram apenas entrevistados para "operários auxiliares" com baixos salários. É isto que o Governo quer dizer com "ser humilde"? A promessa de dar prioridade aos trabalhadores locais no acesso ao emprego não passa de mera promessa!

Quanto aos restantes 4 mil milhões de patacas da segunda verba de 10 mil milhões de patacas destinada às medidas de apoio económico para o combate à epidemia do ano passado, o Governo afirmou, no mês passado, que já tinha recuperado os cofres públicos e reservado verbas para fazer face às mudanças em 2023 e 2024. No entanto, tendo em conta a necessidade de tempo para a plena recuperação da economia interna de Macau e a evidente transferência do consumo dos residentes para o exterior, acrescido ainda da situação social em que se encontram muitas pessoas das camadas de base e desempregados, afectados pela epidemia e pelo ajustamento do sector do jogo, a nova fase de atribuição dos vales de consumo é uma opção que vai ao encontro dos interesses da sociedade em geral. Por isso, exorto o Governo a distribuir mais vales de consumo, pois para além de revitalizar a procura interna de Macau, também pode ajudar as classes mais baixas, que têm menos rendimentos. Sublinho que a emissão do cartão de consumo não é uma medida permanente, por isso, para garantir o bom uso do erário público, sugiro às autoridades que aditem o prazo de residência em Macau, entre outras condições.

O Governo deve aproveitar esta última oportunidade e adoptar medidas concretas para ajudar as PME locais a elevarem a sua competitividade e a enfrentarem novos desafios, e deve ainda implementar medidas sistemáticas e específicas para apoiar o desemprego estrutural na reconversão profissional e na estabilização do emprego.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 07.06.2023

Preservação e inovação dos bairros antigos para elevar a atractividade da cidade

Macau é um “Centro mundial de turismo e de lazer” e uma “Cidade gastronómica”, dispõe duma vasta gama de gastronomia de todo o mundo, e os seus bairros antigos possuem ricas construções históricas. Por exemplo, no Porto Interior há muitas construções antigas com valor histórico, porém com problemas de envelhecimento, e como se trata duma zona baixa, sofre constantemente com as inundações, há engarrafamentos do trânsito, e faltam passeios seguros, por isso, é difícil atrair residentes e turistas para visitarem e consumirem naquela zona.

Segundo o Presidente Xi Jinping, “há que tratar bem a relação entre a preservação e o desenvolvimento, respeitar e tratar bem as construções antigas da cidade, como se tratam “os idosos”, e preservar as memórias históricas e culturais da cidade, fazendo com que as pessoas se lembrem da História e da sua terra natal, confiem na cultura e reforcem o seu sentimento de amor pela Pátria”.

Nas regiões vizinhas há muitos casos de sucesso de revitalização de bairros antigos. O distrito de Central, em Hong Kong, e a rua antiga de Tamsui, em Taiwan, transformaram-se com sucesso através da recuperação das construções antigas para estúdios de artistas, cafés e lojas típicas. Várias zonas do Interior da China também estão a promover a ideia de “pequena renovação” urbana, por exemplo as ruas de XinHua e de Yuyuan, em Xangai, zonas históricas cheias de memórias da época, que foram revitalizadas e se transformaram em novos pontos de visita da cidade, com “sabor a Xangai”.

Macau deve tomar como referência as experiências de sucesso de outras regiões para transformar as edificações e ruas antigas em pontos turísticos, de *check-in* e de consumo, mostrando o encanto de Macau como cidade turística. Assim, sugiro o seguinte:

1. O Porto Interior pode ser revitalizado através das suas construções antigas, para, através da combinação de elementos tradicionais com modernos, construir um complexo que integre a moda, a arte, a restauração e o entretenimento. Naquela zona as vias são estreitas e há falta de lugares de estacionamento, o que resulta em engarrafamentos. Sugiro ao Governo que alargue os passeios dos bairros antigos e aumente as zonas verdes, para atrair mais residentes e turistas.

2. O Governo deve tomar a iniciativa de definir medidas de embelezamento e melhoramento dos bairros antigos, com vista a aumentar a sua atractividade, por exemplo, pode proceder a obras de embelezamento das vias onde existem edificações históricas, e como o respectivo processo exige o forte apoio de diplomas complementares e das medidas respectivas, o Governo pode, por exemplo, aproveitar a revisão da Lei da publicidade, para regular, de certo modo, a paisagem visual de determinadas vias, por forma a criar ruas atractivas e embelezar as instalações municipais; mais, pode ainda

(Tradução)

atribuir alguns subsídios para os projectos de concepção e as obras de remodelação das lojas e para a renovação das fachadas dos edifícios. Assim, pode ser criada uma zona com vários pontos de *check-in* e, entretanto, a remodelação de uma pequena área cujos recursos investidos podem ser controlados também contribuirá para melhorar o ambiente comercial de toda a zona e promover a visita de turistas.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 07.06.2023

Conceber, desde o topo, a legislação complementar à Lei relativa à defesa da segurança do Estado

Em meados do mês passado, a Assembleia Legislativa aprovou, por unanimidade, a proposta de lei intitulada “Alteração à Lei relativa à defesa da segurança do Estado”, e a nova lei foi publicada e entrou em vigor em 30 de Maio, marcando uma nova fase da plena implementação da defesa da segurança do Estado em Macau. Recentemente, o Secretário-Geral do Comité Central do Partido Comunista da China, Xi Jinping, ao presidir à primeira reunião da 20.^a Comissão Central de Segurança Nacional, reiterou que “é necessário implementar plenamente o espírito do 20.º Congresso Nacional do PCC, e no âmbito da segurança nacional, compreender profundamente a conjuntura complexa e desafiante, estar a par dos principais problemas, acelerar a modernização do sistema e da capacidade de defesa, garantir um novo modelo de desenvolvimento com um novo padrão de protecção, e empregar esforços para criar um novo cenário de trabalho”. Isto é uma orientação fundamental para a nova fase dos trabalhos de defesa da segurança do Estado, pois esclarece o novo rumo. O Governo deve ter uma nova filosofia de desenvolvimento nesta nova fase, e envidar mais esforços para promover a concretização da defesa da segurança do Estado, para fortalecer, plenamente, a linha de defesa da segurança de Macau, e assumir efectivamente a responsabilidade histórica da defesa da segurança nacional.

Perante as grandes mudanças sem precedentes dos últimos cem anos e a calamidade global causada pela epidemia do século passado, a conjuntura do desenvolvimento mundial está a enfrentar muitas variáveis, o que traz maiores desafios para o desenvolvimento do País. Alguns países ocidentais estão a sabotar o desenvolvimento mundial, incitando deliberadamente algumas revoluções coloridas para destruir a estabilidade política e social e o desenvolvimento de alguns países. Face a isto, todos os residentes de Macau têm um forte consenso de que Macau não pode ser uma cidade caótica nem um local onde se ponha em perigo a segurança nacional, por isso, a sociedade apoia bastante os trabalhos de revisão da Lei relativa à defesa da segurança do Estado. Tal como salientou o director Xia Baolong, durante a sua visita a Macau, no ponto 2 das “seis maiores acções”, a RAEM tem de empenhar-se na defesa da segurança nacional, a qual está sempre em curso e não tem fim. Ao construir o sistema de defesa da segurança nacional, o Governo deve aperfeiçoar os mecanismos de prevenção de riscos de segurança em várias áreas, por exemplo, é necessário acelerar a elaboração de diplomas complementares relativos à educação, à associação e à publicação, para tornar o mecanismo de prevenção mais completo e adequado.

Sugiro então o seguinte:

1. Macau tem as suas particularidades em termos de espaço na rede e localização geográfica. Sob a orientação de “Um país, dois sistemas”, o Governo deve liderar a sociedade de Macau a estabelecer firmemente o pensamento de “defender um país, pois só assim é que pode haver espaço para o desenvolvimento dos dois sistemas”, e deve ainda

adoptar medidas activas para consolidar a linha de pensamento e a consciência da sociedade sobre a segurança, bem como reunir constantemente consensos para desenvolver e fortalecer as forças do amor à Pátria e a Macau, a fim de garantir e melhorar a base para a implementação dos trabalhos relativos à segurança nacional, concretizando melhor o conceito geral de segurança nacional.

2. Quanto à construção do sistema jurídico, o Governo deve assumir uma posição mais elevada e, com uma mentalidade e visão mais alargadas, promover a construção dum sistema jurídico para os trabalhos de defesa da segurança do Estado, para promover eficazmente a articulação entre os mecanismos de prevenção dos riscos de segurança em todas as áreas. Deve ainda acelerar a formação do pessoal responsável pela execução da lei, e nomeadamente, criar e aprofundar o mecanismo de cooperação com os serviços competentes do Estado, para o nosso pessoal responsável pela execução da lei poder concretizar, de forma mais plena e de acordo com a lei, os trabalhos relativos à defesa da segurança do Estado.

3. Nos últimos anos, os serviços de segurança do Governo têm apostado na divulgação dos trabalhos de defesa da segurança do Estado, entre os quais se destaca a realização, em anos consecutivos, da “Exposição sobre a Educação da Segurança Nacional”, que contribui, de forma eficaz, para promover os conhecimentos dos sectores sobre a importância da defesa da segurança nacional e mereceu o reconhecimento da sociedade. Porém, a complexidade e as mudanças na conjuntura mundial trazem desafios para os trabalhos de divulgação sobre a defesa da segurança nacional, e, especialmente, para fazer com que a sociedade e os jovens estudantes em particular compreendam as informações de forma mais precisa, e tomem consciência da importância do desenvolvimento mais abrangente, é necessário que os diversos serviços públicos reforcem os trabalhos de promoção e coordenação, além da divulgação contínua, no sentido de consciencializar a população sobre a defesa da segurança do Estado, contribuindo para a sua participação nos trabalhos relativos à defesa da segurança nacional e para a promoção dos respectivos conteúdos. Assim, sugiro ao Governo que reforce a cooperação com as associações dos diversos sectores sociais e as instituições de ensino, para fomentar a divulgação da segurança nacional nos bairros comunitários e nas escolas, elevando, através de vários meios e formas, a consciência da sociedade sobre a segurança e fortalecendo a linha de defesa da segurança nacional.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 07.06.2023

Durante a sua visita a Macau, o director do Gabinete dos Assuntos de Hong Kong e Macau junto do Conselho de Estado, Xia Baolong, apresentou 6 exigências para o desenvolvimento da RAEM, incluindo melhores resultados no impulso do desenvolvimento da diversificação adequada da economia, o qual, segundo salientou o mesmo, é algo que tem de ser concretizado. Atendendo ao posicionamento de Macau enquanto centro mundial de turismo e lazer, proporcionar experiências turísticas diversificadas contribuirá para injectar água viva no ambiente turístico local. Com a promoção, a nível mundial, do pico de carbono e da neutralidade de carbono e a exploração de produtos ecológicos inovadores, nos últimos anos, o turismo ecológico, enquanto modelo que tem como princípio proteger o ambiente e respeitar a cultura local, enfrentou novas oportunidades, contribuindo para maiores benefícios económicos e para o desenvolvimento sustentável, e transformou-se, gradualmente, numa nova moda. Para além do abundante património histórico e cultural, Macau tem ainda instalações modernas de entretenimento e consumo e diversos locais adequados ao turismo ecológico que merecem ser explorados e apreciados pelos turistas, que poderão assim sentir o encanto da natureza. Macau deve então empenhar-se na exploração do turismo diversificado, para proporcionar aos turistas diferentes experiências de turismo ecológico.

As zonas húmidas são conhecidas como os “rins do planeta” e, juntamente com as florestas e os oceanos, são os três ecossistemas mais importantes do mundo. Macau é uma cidade pequena, mas dispõe de várias terras húmidas e zonas ecológicas, tais como, as Terras Húmidas do Alto de Coloane, as Terras Húmidas de Água Doce da Barragem de Ká Hó, as Terras húmidas da Avenida da Praia, na Taipa, e as Zonas Ecológicas do Cotai, entre outras, e os colhereiros-de-cara-preta e as aves raras e em vias de extinção vêm todos os anos passar o Inverno em Macau. Em 2013, Macau foi incluída na lista das dez terras húmidas mais encantadoras da China, por isso, há que pensar em elaborar um plano de desenvolvimento do ecoturismo, aproveitando as vantagens geográficas de Macau para desenvolver projectos de ecoturismo, como passeios pelas zonas húmidas e actividades aquáticas e de observação de aves, etc., permitindo aos turistas experimentarem diferentes paisagens e ecossistemas naturais. Há ainda que reforçar a protecção e a gestão dos recursos naturais e a biodiversidade, elevar a consciência e o interesse do público e dos turistas pelo ecoturismo, realizar diversas actividades de aproximação à natureza e proporcionar a respectiva educação e formação, a fim de aumentar os conhecimentos do público sobre ecoturismo e de transformar o ecoturismo num novo cartão-de-visita do turismo de Macau.

Além disso, o “14.º Plano Quinquenal para a protecção e desenvolvimento florestal na província de Guangdong” propõe a construção de zonas húmidas ecológicas e de mangueirais, a promoção da construção de uma zona ecológica de primeira classe a nível internacional na Grande Baía, o melhoramento do mecanismo e da plataforma de intercâmbio e cooperação entre Guangdong, Hong Kong e Macau em matéria de zonas húmidas, e a exploração de um novo mecanismo de cooperação transfronteiriça para a protecção destas zonas na Grande Baía. O projecto-piloto do Parque Nacional das terras húmidas de Hengqin, em Zhuhai, é um projecto importante promovido por Guangdong e

(Tradução)

Macau, portanto, Macau pode tomar a iniciativa de reforçar a cooperação entre as duas regiões, criando rotas de ecoturismo de qualidade e marcas novas, para atrair mais visitantes e promover o desenvolvimento da educação ecológica.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 07.06.2023

Promoção conjunta do desenvolvimento dos profissionais de Saúde por Hengqin e Macau

O “Regulamento sobre a gestão do exercício de actividade dos profissionais de saúde da Região Administrativa Especial de Macau na Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin” e o “Regulamento sobre a gestão de registo do exercício da profissão dos técnicos farmacêuticos da Região Administrativa Especial de Macau nas unidades de venda a retalho de produtos farmacêuticos na Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin” (doravante designados por dois regulamentos) entrarão em vigor a 1 de Agosto deste ano, o que significa que os profissionais de saúde das 15 categorias de Macau podem exercer a profissão na Zona de Cooperação Aprofundada. Trata-se também de uma medida importante para a aplicação do artigo 41.º das “Normas para a promoção do desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin”, no que respeita a “facilitar o exercício da profissão, na Zona de Cooperação Aprofundada, dos profissionais de saúde de Hong Kong, Macau e países estrangeiros que reúnem os requisitos”. Congratulo-me com o facto e reconheço-o.

Desde a entrada em vigor do “Regime da qualificação e inscrição para o exercício de actividade dos profissionais de saúde”, o nível de profissionalização desses profissionais locais tem sido assegurado de melhor forma num sistema mais rigoroso, e os referidos dois regulamentos implicam o pleno reconhecimento do profissionalismo dos profissionais de saúde de Macau. Com a conclusão das obras do “Novo Bairro de Macau” e o desenvolvimento acelerado, em conjunto, da indústria de cuidados gerais de saúde por Hengqin e Macau, a procura de profissionais de saúde continuará a aumentar, o que proporcionará mais espaço para o desenvolvimento dos profissionais de saúde locais. Para o efeito, encorajo os profissionais de saúde de Macau que pretendem exercer a sua profissão na Zona de Cooperação Aprofundada a participarem no desenvolvimento e na cooperação médica entre Macau e Hengqin, para tirarem partido das suas vantagens e, ao mesmo tempo, aprenderem mais técnicas e adquirirem experiência. Espero também que as instituições médicas da Zona de Cooperação Aprofundada possam proporcionar aos talentos médicos de Macau mais oportunidades de exercício da profissão de forma flexível, a par de lhes proporcionar a devida protecção profissional, trabalhando assim em conjunto para a futura integração dos serviços médicos entre Hengqin e Macau e o desenvolvimento de alta qualidade dos mesmos.

Mais, o optar por exercer actividades na Zona de Cooperação Aprofundada por alguns profissionais de saúde de Macau qualificados, após a entrada em vigor destes dois Regulamentos, o início muito em breve dos trabalhos de recrutamento de pessoal para o Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, entre outros factores, poderão trazer desafios em termos de recursos humanos para algumas instituições médicas privadas ou sem fins lucrativos, como as instituições de serviços sociais, os lares de idosos e de pessoas com deficiência. As autoridades devem prestar atenção à eventual alteração da estabilidade dos recursos humanos das instituições médicas locais. Assim, apresento as seguintes três

sugestões:

1. Realização de sessões de esclarecimento e consultas jurídicas. Em articulação com a entrada em vigor dos dois Regulamentos, há que concluir, quanto antes, a operação concreta e os pormenores de execução do requerimento. Tendo em conta que, no futuro, os profissionais de saúde de Macau vão assumir as responsabilidades jurídicas da violação dos diplomas legais no exercício da actividade na Zona de Cooperação Aprofundada, e que todos os casos serão tratados com as normas do Interior da China, há toda a necessidade de divulgar, de forma clara, junto do sector, as respectivas informações jurídicas da área da saúde e organizar sessões de esclarecimento sobre o requerimento.

2. Expansão dos locais de estágio. Guangdong e Macau podem estudar a viabilidade de abrir, no futuro, as instituições médicas de Hengqin aos profissionais de saúde de Macau, para estágios e formação específicos. Assim, primeiro, permite-se que os quase profissionais de saúde de Macau tenham acesso a mais casos, o que contribui para a elevação da qualidade dos cuidados de saúde e, segundo, os mesmos podem adaptar-se antecipadamente ao modelo de vida e de prestação de cuidados de saúde do Interior da China, o que pode acelerar o respectivo desenvolvimento integrado entre Hengqin e Macau, e atenuar a escassez de unidades de estágio locais.

3. Avaliação dinâmica sobre a procura de recursos humanos na área da saúde. O Governo deve acompanhar de perto a evolução do mercado dos recursos humanos da área da saúde e, para além de um estudo dinâmico sobre a procura de recursos humanos nos dois lugares, deve ainda dar atenção às instituições médicas privadas e sem fins lucrativos, especialmente aos lares, para lhes disponibilizar medidas de apoio em termos de recursos humanos do exterior e introduzir atempadamente pessoal em falta; ou estudar a possibilidade de levantar as exigências de inscrição aos estudantes de medicina e de enfermagem a estudar em Macau, para estes poderem exercer funções nas instituições de Macau após a sua graduação, para assegurar a prestação de cuidados de saúde das instituições locais.

IAOD do Deputado Ma Io Fong em 07.06.2023

Promover integralmente a protecção ambiental, a fim de criar, em conjunto, uma cidade verde e de baixo carbono

No Dia Mundial do Ambiente, o Governo divulgou o “Relatório do Estado do Ambiente de Macau 2022”, o que demonstra a elevada atenção dada pelo mesmo à protecção ambiental. Segundo o Relatório, com a optimização contínua da política ambiental e o recurso a diversos meios e medidas, o Governo conseguiu tratar eficazmente dos problemas e desafios no âmbito da saúde pública, e consciencializou os residentes sobre a protecção ambiental, o que permite o melhoramento da qualidade ambiental em diversas vertentes, dando-se um passo firme rumo a uma cidade verde, de baixo carbono e de alta qualidade. Estes trabalhos merecem o reconhecimento da sociedade.

Mas, segundo a análise do Relatório, o principal motivo do melhoramento da qualidade ambiental reside no abrandamento da economia local causado pela epidemia e na redução substancial de turistas. Mais, a qualidade ambiental também é afectada pela região do Delta do Rio das Pérolas. Assim, com a retoma da circulação de pessoas entre as duas regiões, o número de turistas está a voltar gradualmente ao nível anterior à epidemia, logo, as emissões dos transportes marítimos e terrestres também aumentam. Assim, espero que o Governo reforce as medidas de protecção ambiental, optimize as infra-estruturas, restrinja a importação de produtos prejudiciais ao ambiente, introduza tecnologias verdes e promova a cooperação estreita entre regiões e empresas, pois só assim será possível construir uma cidade verde, de baixo carbono e habitável, concretizando-se o posicionamento de Macau como “Centro Mundial de Turismo e Lazer”.

Assim sendo, apresento as seguintes três sugestões:

1. Reforçar a introdução e aplicação dos conceitos relativos à construção verde

Nos últimos anos, Macau empenhou-se na promoção da redução das emissões de carbono, mas o aumento dos projectos de obras e da produção de energia eléctrica no território tornou-se um factor significativo que afecta a qualidade do ar local. Assim, proponho ao Governo que reforce a promoção da utilização de técnicas e materiais de construção verde, partilhando, com o sector, a experiência na adopção do método altamente eficiente de utilização de componentes pré-fabricados e amigos do ambiente no projecto “Novo Bairro de Macau” e na construção de edifícios verdes e instalações de energia solar fotovoltaica nos Novos Aterros Urbanos. Importa ainda estudar a viabilidade de começar a “arborização vertical” pelos edifícios públicos, para reduzir as emissões de carbono relacionadas com os edifícios e o consumo de energia eléctrica no futuro, fornecendo uma base de construção ecológica para Macau se transformar numa cidade de baixo carbono.

2. Promover a transformação verde das indústrias com os esforços conjuntos do Governo e das empresas

A promoção das tecnologias e conceitos de protecção ambiental depende da colaboração e do apoio das empresas, portanto, sugiro ao Governo que reforce a comunicação e a interacção com as principais empresas e que, aproveitando a ocasião em que as operadoras de jogo estão empenhadas no desenvolvimento dos elementos não jogo e na criação de novas indústrias, coopere com estas na divulgação de vários conceitos de protecção ambiental e introduza em Macau, através da realização de actividades diversificadas, produtos e tecnologias de protecção ambiental emergentes a nível internacional, para aumentar a atenção da sociedade sobre a protecção ambiental e, ao mesmo tempo, elevar a imagem de Macau como “cidade de turismo e de lazer de baixo carbono”. Mais, tendo em conta a redução significativa, em 2022, das despesas de protecção ambiental, espero que o Governo defina um orçamento estável e permanente para esta área, para prestar apoio adequado às empresas na transformação verde, promovendo assim a construção de cidade verde e a protecção ambiental em Macau, através dos “esforços conjuntos” do Governo e das empresas.

3. Participação aprofundada no Planeamento da Protecção Ambiental da Região do Delta do Rio das Pérolas (Guangdong, Hong Kong e Macau)

Macau situa-se na saída do Delta do Rio das Pérolas, o seu ambiente atmosférico e hídrico é influenciado pelas cidades vizinhas e é limitado pela sua própria dimensão urbana. A implementação eficaz de medidas de protecção ecológica e de reciclagem de resíduos depende de uma estreita cooperação regional. O “Planeamento da Protecção do Ambiente Ecológico da Região do Delta do Rio das Pérolas (Guangdong, Hong Kong e Macau), recentemente divulgado pela Província de Guangdong, é uma boa oportunidade de cooperação. Proponho ao Governo que acompanhe e participe, de forma aprofundada, nos respectivos projectos, reforçando a cooperação com as regiões vizinhas no âmbito da protecção ambiental, e recorra, em conjunto, a tecnologias amadurecidas de redução de resíduos e de baixo carbono, a fim de concretizar o objectivo da construção de uma “cidade sem resíduos” na Grande Baía.

2023-06-07 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

“A questão dos internamentos sociais”

Nos últimos cinco anos, o nosso Gabinete de Atendimento aos Cidadãos tem vindo a receber com alguma regularidade e cada vez mais pedidos de apoio por parte de familiares que têm a seu cargo idosos que após recuperados de doenças nos hospitais e terem alta clínica são pressionados a libertar as camas para serem ocupadas por outros doentes. Na maior parte das vezes, estes utentes não querem sair dos hospitais porque não têm retaguarda familiar ou condições próprias de acolhimento nas suas casas.

São múltiplos os casos de pessoas que, após eventuais tratamentos clínicos e tendo alta hospitalar, se confrontam com o inultrapassável problema de não terem para onde ir ou de quem eventualmente os acolha. A maior parte dos prolongamentos de altas hospitalares incide sobre grupos etários com idades mais avançadas sendo também os principais grupos admitidos nas urgências. Estes utentes não têm condições para regressar ou permanecer nas suas residências, quer por ausência de autonomia quer por dificuldades ou ausência de capacidade de autocuidado ou por razões pessoais ou insuficiente ou inexistente suporte familiar ou rede formal de apoio.

De referir que o prolongamento do internamento hospitalar após alta clínica, ou seja, para além do período clinicamente necessário pode originar outras complicações evitáveis para o utente já recuperado das doenças, aumentando o risco de infecções nosocomiais e de agravamento dos estados de dependência. Também existe o impacto na ocupação de camas hospitalares aumentando os tempos de espera para internamentos electivos (incluindo cirurgias) e no congestionamento dos serviços de urgência, com degradação dos cuidados de saúde aos doentes.

Por isso apelo às competentes autoridades de saúde e de assistência social para elevar o nível de prestação de cuidados às famílias com dificuldades na assistência dos seus familiares elevando-se a eficiência no planeamento da alta hospitalar que representa um momento crucial para o sucesso da continuação e tratamento da recuperação dos utentes recuperados das doenças, seja através do regresso ao domicílio ou, sempre que a situação de dependência e ou incapacidade não o permita, e por razões sociais, nomeadamente por insuficiente ou inexistente apoio familiar ou de rede formal de suporte, com recurso ao acolhimento em resposta social pronta e eficaz evitando-se a todo o custo o prolongamento na resolução dos problemas.

Como acabamos de referir uma intervenção concertada e articulada, entre os profissionais de saúde e sociais, os doentes e as famílias num contexto de planeamento da alta hospitalar é um factor determinante e decisivo para que seja bem sucedida a recuperação e a reintegração no período de pós-alta.

As autoridades competentes nomeadamente da área de saúde e serviços sociais devem reforçar a articulação de modo a permitir que os utentes que não tenham autonomia ou rede de suporte familiar possam ser acolhidos imediatamente em lares devendo ser melhorados os vários tipos de apoios tais como os apoios psicossociais, elevar a formação dos cuidadores informais e outras estruturas físicas que complementem as necessidades destas pessoas como o aumento das vagas em rede de cuidados continuados integrados.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 07.06.2023

Maximizando o efeito sinérgico do trânsito entre o Metro Ligeiro e o sistema pedonal

Em 2011, o Governo da RAEM adjudicou um estudo sobre o “Plano Director da Zona do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e Envolvente” a uma empresa e publicou o relatório do plano director em 2017. Em Maio de 2018, foi novamente adjudicada a uma empresa a “Revisão do Estudo do Plano Geral Urbanístico do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e das Zonas Envolventes”, com um prazo de execução de 280 dias, prevendo-se a conclusão do respectivo relatório no primeiro trimestre de 2019. Estamos em Junho de 2023 e já se passaram 5 anos desde que o Governo voltou a adjudicar o estudo sobre a actualização do posto fronteiriço das Portas do Cerco, mas o respectivo relatório ainda não foi concluído.

O Governo planeia concluir a Linha Leste do Metro Ligeiro até 2028, altura em que a Linha Leste vai ainda ligar a Zona A dos Novos Aterros à Taipa, articulando-se com a actual Linha da Taipa, que se articula com a passagem superior da Avenida de Guimarães. Não é difícil verificar que o Governo está a aperfeiçoar gradualmente a rede de transportes que integra o sistema de metro ligeiro e o sistema pedonal. Mais, os Serviços de Obras Públicas planeiam ainda construir uma passagem superior para peões na Avenida do Nordeste e um corredor com cobertura de protecção contra chuva no Jardim da Areia Preta entre a Avenida 1.º de Maio e a Avenida Leste do Hipódromo. Mas nenhum desses corredores se articula com a Linha Leste do Metro Ligeiro. Para além disso, o corredor pedonal superior da Doca do Lam Mau, proposto em 1995, ainda não entrou em pleno funcionamento... O Governo está a fazer a articulação gradual entre o sistema de metro ligeiro e o sistema pedonal da Taipa, mas não há planos para interligar o sistema de metro ligeiro e o sistema pedonal da Península. Isto leva-nos a questionar: porque é que o planeamento geral do trânsito do Governo não pode ser uniformizado?

Em Macau falta, de um modo geral, uma visão proactiva para os grandes projectos. Por exemplo, já há congestionamentos entre o posto fronteiriço da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e a Zona A, sem mencionar que cerca de 96 mil moradores da Zona A ainda não moram aí. As ruas já estão saturadas com a circulação de veículos de Macau na China, com chapas de matrícula das duas ou três regiões. Assim, espero que a renovação do estudo sobre o posto fronteiriço das Portas do Cerco possa basear-se nas condições objectivas de Macau e ter uma certa visão proactiva.

Pelo exposto, sugiro ao Governo da RAEM que:

1. Mude o seu ponto de vista sobre o plano director, deixando de planear de forma fragmentada e de construir um sistema pedonal de forma dispersa, mas, partindo de Macau como um todo, deixe de fora o enquadramento antigo e reúna as ideias, para que o planeamento urbanístico atinja o resultado 1 + 1 superior a 2.

2. Exija, quanto antes, à empresa responsável pela “renovação do estudo” a elaboração

de um relatório de estudo, com base no planeamento geral do posto fronteiriço das Portas do Cerco, maximizando os efeitos de sinergia do trânsito na Península de Macau, ponderando, de forma global, a integração da travessia pedonal e do corredor, em planeamento, com as Portas do Cerco e a Linha Leste do Metro Ligeiro, para articular gradualmente o sistema de metro ligeiro em planeamento e já construído em Macau com os sistemas pedonais dispersos, concretizando, assim, uma rede de metro ligeiro e de trânsito pedonal.

Pormenorização das estratégias de desenvolvimento médico em prol do aumento do nível dos serviços de cuidados de saúde

O Conselho para os Assuntos Médicos apresentou, há dias, os resultados da investigação sobre o programa de serviços clínicos públicos. Tendo em conta que esses resultados proporcionarão importantes orientações directivas para o desenvolvimento dos serviços clínicos de Macau nos próximos cinco a dez anos, permitindo, ao mesmo tempo, que os hospitais ou unidades desenvolvam as suas próprias vantagens, isso merece reconhecimento por ser muito benéfico para elevar a qualidade dos cuidados de saúde de Macau.

Perante o envelhecimento contínuo da população de Macau, o sistema de saúde público vai, inevitavelmente, estar sujeito a pressões de várias origens: primeiro, devido ao aumento contínuo da procura de serviços; segundo, devido à exigência de melhoria contínua do nível geral dos serviços de cuidados de saúde e, terceiro, devido à necessidade de salvaguarda da estabilidade dos recursos humanos prestadores de cuidados de saúde. Se qualquer um dos três aspectos – procura de serviços de cuidados de saúde, qualidade dos serviços de cuidados de saúde e estabilidade dos recursos humanos na área da saúde – não acompanhar a tendência actual, a eficácia dos serviços de saúde públicos em Macau será directamente afectada.

Nos resultados da investigação sobre o programa de serviços clínicos públicos divulgados pelo Governo, propõe-se a integração das diversas etapas, desde o hospital até à comunidade; a promoção dos cuidados de enfermagem diurnos; e o desenvolvimento, em diversos hospitais, de serviços de cuidados de saúde diferenciados com vantagens, e tudo isto merece a consideração do Governo. Porém, tais propostas parecem ser de natureza estratégica e exigirão que o Governo desenvolva planos de execução pormenorizados para cada uma, e a capacidade de execução e coordenação dos serviços competentes terá um impacto significativo na implementação do programa de serviços. Para o efeito, gostaríamos de apresentar as seguintes sugestões:

Coordenar os recursos médicos para aumentar globalmente o volume dos respectivos serviços

No futuro, o Governo deve efectuar uma avaliação global da capacidade dos serviços médicos do Centro Hospitalar Conde de São Januário, dos Centros de Saúde e do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, definir medidas adequadas após uma avaliação científica e coordenar flexivelmente os recursos médicos públicos, para estabilizar a equipa médica e elevar a eficiência dos seus serviços, prestando aos residentes serviços médicos adequados e de qualidade.

Acelerar a criação de projectos prioritários e otimizar constantemente os serviços especializados

Segundo os resultados do estudo sobre o “Programa de serviços clínicos públicos de Macau”, os serviços de oncologia são considerados projectos prioritários de desenvolvimento, e vão ser promovidos os serviços especializados de cardiologia, hematologia, acidente vascular cerebral, hemodiálise, entre outros, mas, por exemplo, a capacidade dos três hospitais que prestam serviços de hemodiálise já está sobrecarregada, por isso, o Governo deve, segundo o Programa, iniciar, quanto antes, a prestação dos referidos serviços no Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, para aliviar a actual pressão na procura.

Criação de um sistema de “consultoria profissional em medicina familiar”, para aliviar a pressão sobre os serviços de saúde públicos

Sendo os serviços privados parte integrante e importante do sistema de saúde, os médicos do sector privado têm desempenhado um papel activo na prestação de cuidados de saúde. Ao aperfeiçoar os serviços de saúde públicos, o Governo deve ponderar, de forma activa, sobre um melhor aproveitamento desses médicos, um recurso importante na área da saúde, e a criação, em colaboração com os mesmos, de um regime de “consultoria profissional em medicina familiar”, exclusivo para os residentes de Macau, para se articular com as ideias estratégicas do Governo no âmbito da prestação de serviços de saúde públicos.

Formação activa de quadros qualificados na área da saúde, para assegurar a estabilidade dos cuidados de saúde

No futuro, aquando da promoção da optimização do nível dos cuidados de saúde em geral, o Governo deve continuar a dar atenção à formação de quadros qualificados na área da saúde. Assim, sugiro ao Governo que reforce a cooperação com as associações médicas de Macau, crie um regime de avaliação de longo prazo da formação de quadros qualificados nesta área e proceda a estudos aprofundados e sustentáveis sobre a formação de quadros qualificados no processo de desenvolvimento dos cuidados de saúde de Macau, para assegurar a estabilidade da sua equipa médica.

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 07.06.2023

Defender a segurança nacional em prol do próprio desenvolvimento

Durante a sua recente visita a Macau, o vice-presidente da 13.^a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC) e director do Gabinete dos Assuntos de Hong Kong e Macau junto do Conselho de Estado, Xia Baolong, transmitiu a preocupação carinhosa do Presidente Xi Jinping pelos compatriotas de Macau. O Director Xia apresentou seis requisitos à RAEM, ao nível de “demonstrar um maior empenho”, cujo espírito central se baseou nas palavras sublinhadas pelo Presidente Xi no 14.º Congresso Nacional do Povo: “a prosperidade e a estabilidade a longo prazo de Hong Kong e Macau são indispensáveis para a construção de uma nação forte”. Os seis requisitos abrangem dois níveis: primeiro, a responsabilidade fundamental da RAEM e, segundo, a articulação com a estratégia nacional para alcançar um maior desenvolvimento para a RAEM.

Nova jornada na nova era. No próximo ano, comemora-se o 25.º aniversário do retorno de Macau à Pátria. Em relação ao discurso do Director Xia na RAEM, tenho três pontos a referir:

1. Conjugação da prosperidade e estabilidade a longo prazo de Macau com a sua integração no desenvolvimento global do País

Olhando para além do horizonte, devemos defender de modo consciente a unidade entre o pleno poder de governação do Governo Central e o alto grau de autonomia da RAEM, e implementar o princípio “Macau governado por patriotas”. Adoptaremos acções práticas para responder, activamente, à estratégia nacional “Uma Faixa, Uma Rota” e a outros aspectos importantes de desenvolvimento, como o da Grande Baía, da Zona de Cooperação Aprofundada, etc., consolidar o posicionamento de “um centro, uma plataforma e uma base”; desenvolver a diversificação adequada de “1+4”; reforçar a cooperação com o Interior da China nos domínios económico e comercial, cultural, educativo e tecnológico, e fazer a integração no desenvolvimento global do País, para estabelecer uma base política sólida para a prosperidade e estabilidade de Macau a longo prazo.

2. Conjugação da defesa da soberania, segurança e interesse nacional com o desenvolvimento das forças do amor à Pátria e a Macau

A segurança de um país diz respeito ao bem-estar da população. Como a defesa da segurança nacional é da responsabilidade constitucional da RAEM, vamos transformar a nossa responsabilidade em glória e continuar a aprofundar a educação sobre a segurança nacional, o patriotismo e a história e a geografia de Macau, a desenvolver as forças do amor à Pátria e a Macau, e a empregar esforços em cultivar uma nova geração com ideias ambiciosas e vontade de assumir responsabilidades.

3. Combinação entre a concretização bem-sucedida do princípio “Um País, Dois Sistemas” com características de Macau e a iniciativa de “aprofundar o intercâmbio e a

compreensão mútua entre civilizações e promover a internalização da cultura chinesa”.

Recentemente, numa palestra sobre a transmissão e o desenvolvimento da cultura, o Presidente Xi realçou a necessidade de construir, de um novo ponto de partida, um país forte no domínio cultural, com as cinco características notórias da civilização chinesa, a saber: continuidade, inovação, uniformidade, acolhimento e paz. Alguns países não conhecem o percurso do desenvolvimento da China, e as suas preocupações e mal-entendidos resultam do desconhecimento da cultura e dos costumes, daí uma barreira cultural. Assim, o intercâmbio e a mútua compreensão entre civilizações e culturas são uma saída para promover a interligação entre os povos.

Acredito que, como ponte importante para o intercâmbio entre as culturas oriental e ocidental, Macau assumirá um papel significativo nesta matéria. Há que, sob o pressuposto de “Um País”, aproveitar bem as vantagens dos “Dois Sistemas”, para, considerando a actual complexidade conjuntural, reforçar o intercâmbio com o exterior, pondo em prática a compreensão mútua entre civilizações, com o objectivo de divulgar a cultura chinesa. Há dias, o 14.º Fórum Internacional sobre Investimento e Construção de Infra-estruturas foi realizado de forma bem-sucedida em Macau. Se se aproveitar esta ocasião para organizar, ao mesmo tempo, o Fórum Internacional sobre civilizações, será possível uma interligação entre os povos, alcançando-se o efeito de $1 + 1$ é superior a 2.

A jornada de mil quilómetros começa com o primeiro passo. Desde que, com persistência, ponhamos isto em prática, iremos contribuir para o aumento da divulgação internacional da cultura do nosso país e o reforço do direito de falar e de influenciar.

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 07.06.2023

Optimizar o sistema de avaliação da deficiência e alargar a rede de apoio social

O “Regime de avaliação do tipo e grau da deficiência, seu registo e emissão de cartão” estabelece seis tipos e quatro graus para a avaliação da deficiência, para as entidades públicas poderem classificar a deficiência segundo critérios uniformizados, conhecer as necessidades das pessoas portadoras de deficiência e apoiá-las na sua reabilitação e integração social. Contudo, já se passaram 12 anos desde a entrada em vigor do respectivo regulamento administrativo, em 2011, e referido regime não consegue acompanhar o nível internacional, nem reflectir o facto de algumas pessoas com lesões e disfunções físicas não conseguirem enfrentar o dia-a-dia nem a participação social. Solicito ao Governo que estude, quanto antes, a inclusão dos doentes crónicos ou com deficiências de órgãos no regime de avaliação da deficiência, para que possam obter o apoio adequado.

O actual sistema de avaliação da deficiência abrange seis tipos de deficiência: visual, auditiva, verbal, motora, intelectual e mental. O cartão de registo de avaliação da deficiência é emitido às pessoas que atinjam o nível de deficiência definido por lei, e permite o apoio a vários níveis, nomeadamente na saúde, emprego e educação, bem como o acesso a benefícios e medidas de facilitação ao nível dos serviços especiais prestados por vários serviços públicos e estabelecimentos comerciais. Segundo os dados oficiais, registaram-se 28 mil pedidos deste cartão entre 11 de Março de 2011 e Março de 2023.

Nestes últimos anos, recebi muitos pedidos de apoio de residentes, afirmando que as doenças crónicas e a deficiência de órgãos afectam as suas capacidades básicas, nomeadamente no emprego e nas actividades sociais, e que a recuperação exige muito tempo. É de referir que os doentes crónicos ou com deficiência de órgãos não estão incluídos na avaliação da deficiência, e que, devido a problemas na respectiva definição, não conseguem obter apoio adequado e estão, de certo modo, excluídos da rede de benefícios sociais e também não podem ser protegidos pela lei. Em Hong Kong e Taiwan, pelo contrário, essas pessoas já foram integradas na classificação da deficiência e, consoante a gravidade, gozam de benefícios e segurança social correspondentes. Em Taiwan, por exemplo, adopta-se o espírito e o enquadramento da “Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde” (CIF) da OMS, classificando as pessoas que perdem a função de órgãos importantes, tais como o coração, o estômago e o fígado, como portadores de deficiência física e mental. Além disso, para além de se ter em conta a estrutura física e as funções, são também incluídos nos factores de perícia a participação social e o ambiente dos indivíduos em causa.

Na definição dos critérios de classificação de Macau, foram tomados como referência vários critérios internacionais da CIF. Com o desenvolvimento e as mudanças constantes da sociedade, o Governo da RAEM convidou a Federação Chinesa de Portadores de Deficiência para encontrar especialistas internacionais e do Interior da China, no sentido de se proceder à revisão global do regime de avaliação da deficiência. Espera-se que os

(Tradução)

serviços competentes consigam sintetizar a situação actual da sociedade, o resultado da revisão do regime de avaliação da deficiência, as normas internacionais, os recursos, etc., ponderar a revisão legal, alargar a classificação da avaliação da deficiência e aperfeiçoar o mecanismo global. Enquanto não se procede à revisão, espera-se que o Governo, ao definir medidas de apoio à população, tenha em conta os doentes crónicos ou com deficiência de órgãos.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 07.06.2023

Promover a formação de quadros qualificados na área da inovação científica e tecnológica, através da definição do Dia dos Trabalhadores de Ciência e Tecnologia

No passado dia 30 de Maio, assinalou-se o “Dia Nacional dos Trabalhadores de Ciência e Tecnologia”, que o Secretário-Geral do Comité Central do Partido Comunista da China, Xi Jinping, definiu para a comunidade científica e tecnológica da China e começou a ser celebrado em 2017. O estabelecimento deste dia, por um lado, visa incentivar os trabalhadores de ciência e tecnologia a terem em mente a sua responsabilidade e missão, e a assumirem, efectivamente, o papel de primeiro recurso que suporta o desenvolvimento e, por outro, demonstra a determinação do País em transformar-se numa potência mundial na área da ciência e tecnologia, promovendo activamente o seu desenvolvimento e esforçando-se por se tornar o principal centro de ciência e inovação do mundo.

Entre as actividades de celebração deste ano, foi realizada a Cerimónia de Atribuição do Prémio Nacional de Excelência em Inovação, um prémio que é concedido, de três em três anos, a quadros qualificados de ciência e tecnologia, logo a seguir ao maior prémio nacional da mesma área, o que mostra a importância dada pelo País a este sector. Neste ano, em que se realizou a 3.^a edição da referida cerimónia, o reitor da Universidade de Macau, Song Yonghua, foi o único premiado proveniente de Macau, aumentando assim para cinco o número de profissionais de ciência e tecnologia de Macau premiados até hoje. Isto não só reflecte o pleno reconhecimento do País pelos resultados do desenvolvimento inovador da RAEM na área científica e tecnológica do País, como também o reconhecimento e louvor ao sector científico e tecnológico de Macau na popularização científica e nos serviços sociais, o que merece uma maior divulgação e celebração junto da população de Macau.

No passado, a estrutura económica de Macau não era diversificada e as actividades científicas e tecnológicas começavam tarde. Tanto os residentes de Macau como as micro, pequenas e médias empresas não tinham meios para aceder à tecnologia de ponta e às aplicações. Devido às limitações das opções de emprego e à falta de conhecimentos e de experiência sobre as novas indústrias, os pais, quando orientavam os filhos, preferiam escolher as áreas tradicionais de formação para estes prosseguirem os estudos, o que não é favorável à formação de talentos locais na área da inovação científica e tecnológica. Com a chegada da era digital, muitos modelos de exploração tradicional têm de ser inovados, mas, em Macau, as empresas raramente investem nas tecnologias, e a dimensão das equipas de investigação científica e tecnológica locais não é grande, por isso, são estas as debilidades de Macau. Assim, com vista a consciencializar a população de Macau para a importância da inovação tecnológica, é necessário reforçar o conhecimento da população sobre a capacidade de a ciência e a tecnologia “gerarem” fortunas e as suas potencialidades na diversificação do emprego.

O Governo celebrou, no passado dia 30 de Maio, o Dia Nacional dos Profissionais de

Ciência e Tecnologia, e atribuiu louvores às pessoas que contribuíram significativamente para o desenvolvimento da ciência e tecnologia de Macau. Para elevar o estatuto dos trabalhadores da área da ciência e tecnologia, bem como do sector da ciência e tecnologia e da industrialização de Macau, há que reforçar a divulgação da situação do desenvolvimento científico e tecnológico da Pátria e de Macau, criar um ambiente social onde paire a “paixão pela ciência e a admiração pela ciência” e atrair mais jovens de Macau a “ingressarem” nas “fileiras” da ciência e tecnologia, tudo com o objectivo de transformar a oferta de quadros qualificado no primeiro passo para a diversificação económica. Entretanto essa oferta também é um dos principais indicadores para avaliar a diversificação adequada das indústrias. Com tudo isso, espero que Macau, com os seus residentes unidos, contribua, através a sua força, para que a Pátria se transforme numa potência mundial da ciência e da tecnologia!

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 07.06.2023

Reforço da construção da equipa médica especializada local e elevação, a longo prazo, do nível dos serviços médicos de Macau

Para responder à crescente procura de cuidados de saúde, o Governo divulgou, em 2011, o projecto de construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, para introduzir novos serviços e cuidados de saúde de elevada qualidade, proporcionando aos residentes mais opções de acesso aos cuidados de saúde, sem necessidade de recorrer a serviços médicos no exterior. Entretanto, com o referido projecto, é possível elevar o nível técnico dos cuidados de saúde de Macau.

Segundo as autoridades, o Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas vai precisar, numa primeira fase, de 500 trabalhadores, e o Peking Union Medical College Hospital vai destacar 50 gestores. No recrutamento de trabalhadores, vai ser dada prioridade aos locais, mas, como nem sempre o número dos trabalhadores locais consegue satisfazer a procura real, acredita-se que ainda será necessário recrutar ao exterior uma parte dos trabalhadores.

Numa perspectiva objectiva, com a introdução de um modelo de exploração por uma entidade exterior e de médicos especialistas, é possível ajudar os profissionais de saúde locais a adquirirem experiência e a elevarem o nível dos cuidados de saúde especializados em Macau. Mas é de referir que muitos residentes de Macau que estudam ou exercem funções na área da saúde no exterior estão preocupados com o planeamento e a procura de recursos humanos por parte do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, nomeadamente, quanto ao número de vagas que podem ser preenchidas por residentes locais. Assim, o Governo deve divulgar, quanto antes, informações concretas sobre o planeamento dos recursos humanos e os respectivos planos gerais, para que os interessados possam, quanto antes, preparar adequadamente o seu plano de desenvolvimento da vida profissional.

É de salientar que a captação de profissionais de saúde qualificados e a elevação do nível técnico dos médicos especialistas, para além de poderem proporcionar uma maior protecção à saúde dos residentes, constituem também a base para a concretização da estratégia de diversificação adequada da economia de Macau “1+4” e a promoção do desenvolvimento da indústria da saúde. O Governo deve definir, quanto antes, um plano de longo prazo e definir planos pormenorizados sobre os recursos humanos e acções de formação necessários, com vista à respectiva articulação com o futuro desenvolvimento.

Assim, apresento as seguintes duas opiniões e sugestões:

1. Proponho às autoridades que definam, quanto antes e de acordo com o plano estabelecido, a distribuição global dos recursos humanos, os cargos dos diversos tipos de profissionais de saúde e do pessoal administrativo do Hospital das Ilhas, a data de início do processo de recrutamento, etc., para que os residentes de Macau interessados em ocupar os respectivos cargos, nomeadamente, os estudantes do ensino superior e os que se

graduaram na área de saúde em diversas regiões do mundo possam estabelecer os seus planos de vida de melhor forma, de acordo com a sua própria situação, a fim de evitar uma distribuição inadequada e contínua dos recursos humanos de Macau e a perda de profissionais.

2. No decorrer do funcionamento do Hospital das Ilhas, ao permitir aos profissionais de saúde de Macau acumularem experiência prática, com o recurso ao recrutamento de médicos especialistas no exterior para desempenharem o papel de orientadores e à introdução de novos serviços e de técnicas médicas de alto nível, sugiro às autoridades que aproveitem esta oportunidade para aumentar o investimento e a formação dos profissionais de saúde locais, e criem uma reserva de pessoal qualificado para a equipa médica de Macau, após articulação entre *software* e *hardware*, elevando, a longo prazo, o nível técnico dos serviços médicos especializados de Macau e estabelecendo uma base sólida para a garantia da saúde dos seus residentes e o desenvolvimento da indústria da saúde.